



**CARTILHA DE
FORMAÇÃO
POLÍTICA &
SINDICAL DO
SINDISEP-RJ**

2023

FORMAÇÃO POLÍTICA SINDICAL
30 de novembro e 1 de dezembro de 2022

Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Documento fruto dos trabalhos do

2º Congresso do Sindisep-RJ

30 de novembro e 1 de dezembro de 2022

Elaboração e revisão: Raul Bittencourt Pedreira, Wellington Marcelo Silva da Cruz e Felipe Annunziata.

Capa: Gerada por AI, com comandos e seleção de Raul Bittencourt Pedreira.

Licenciamento: Esta licença permite que outros remixem, adaptem e criem a partir de seu trabalho não comercialmente, desde que atribuam crédito a você e licenciem suas novas criações sob os mesmos termos.



Sumário

Introdução	1
Raízes da Luta Sindical no Brasil	4
A abolição da escravidão e a luta dos operários: a história de Luiz da França e Silva	4
França e Silva, herói da luta operária e abolicionista	5
A luta dos operários na época da abolição da escravidão	6
Reforma Administrativa	7
Ameaça aos serviços públicos, PEC 32 retorna à pauta da Câmara dos Deputados	7
Servidores são contrários à PEC 32	8
População também será atingida	8
A Luta de Classes e o Serviço Público	9
Como lutar a luta de classes?	9
Democracia, fascismo e o domínio da burguesia	11
Gestores públicos atuam como patrões	12
O Sindicalismo Classista	13
Refundação e Reforma Estatutária	14
Observações	17
Anexo: Estatuto Social do Sindisep-RJ	19

Introdução

Por que estamos no 2º Congresso do Sindisep-RJ? Qual o papel dos sindicatos? É necessário fazer greves ou outros movimentos? Os gestores não podem ser razoáveis e atender nossas demandas? Quais os desafios para o serviço público e toda a classe trabalhadora no próximo governo?

O sindicato é uma estrutura essencial para a conscientização dos trabalhadores quanto aos próprios direitos, mas sozinho não faz nada, pois é um aparato formal, mero instrumento jurídico sem vontade própria. Tal qual um martelo, uma foice ou qualquer outra ferramenta, precisa da mão humana para desempenhar o papel para o qual foi criado. Assim, precisa ser ocupado por trabalhadores e trabalhadoras dispostos a construir as lutas de suas categorias e somar às lutas de toda a classe trabalhadora.

Organizar a base, elevar seu grau de consciência sobre as contradições do sistema capitalista, dar-lhes aprofundamento crítico quanto a necessidade de defender os seus direitos, formar estruturas sindicais por local de trabalho e construir, sempre que necessário, movimentos paredistas (greve, operação padrão etc) são atividades essenciais para que um sindicato viva e lute!

“Que significado têm as greves na luta da classe operária? Para responder a esta pergunta devemos determo-nos primeiro em examinar com mais detalhes as greves. Se o salário do operário se determina — como vimos — por um convênio entre o patrão e o operário, e se cada operário por si só é de todo impotente, torna-se claro que os operários devem necessariamente defender juntos as suas reivindicações, devem necessariamente declarar-se em greve para impedir que os patrões baixem os salários, ou para conseguir um salário mais alto. (...) E quanto mais se desenvolve o capitalismo, quanto maior é a rapidez com que crescem as grandes fábricas, quanto mais se veem deslocados os pequenos pelos grandes capitalistas, mais imperiosa é a necessidade de uma resistência conjunta dos operários, porque se agrava o desemprego, aguça-se a competição entre os capitalistas, que procuram produzir mercadorias de modo mais barato possível (para o que é preciso pagar aos operários o menos possível), e acentuam-se as oscilações da indústria e as crises(1). Quando a indústria prospera, os patrões obtêm grandes lucros e não pensam em reparti-los com os operários; mas durante a crise os patrões tratam de despejar sobre os ombros dos operários os prejuízos. A necessidade das greves na sociedade capitalista está tão reconhecida por todos nos países europeus, que lá a lei não proíbe a declaração de greves; somente na Rússia subsistiram leis selvagens contra as greves (destas leis e de sua aplicação falaremos em outra oportunidade).”

“Mas as greves, por emanarem da própria natureza da sociedade capitalista, significam o começo da luta da classe operária contra esta estrutura da sociedade. Quando operários despojados que agem individualmente enfrentam os potentados capitalistas, isso equivale à completa escravização dos operários. Quando, porém, estes operários desapossados se unem, a coisa muda. Não há riquezas que os capitalistas possam aproveitar se estes não encontram operários dispostos a trabalhar com os instrumentos e materiais dos capitalistas e a produzir novas riquezas. Quando os operários enfrentam sozinhos os patrões continuam sendo verdadeiros escravos, que trabalham eternamente para um estranho, por um pedaço de pão, como assalariados eternamente submissos e silenciosos. Mas quando os operários levantam juntos suas reivindicações e se negam a submeter-se a quem tem a bolsa de ouro, deixam então de ser escravos, convertem-se em homens e começam a exigir que seu trabalho não sirva somente para enriquecer a um punhado de parasitas, mas que permita aos trabalhadores viver como pessoas. (...) Toda esta engrenagem é movida pelo operário, que cultiva a terra, extrai o mineral, elabora as mercadorias nas fábricas, constrói casas, oficinas e ferrovias. Quando os operários se negam a trabalhar, todo esse mecanismo ameaça paralisar-se. Cada greve lembra aos capitalistas que os verdadeiros donos não são eles, e sim os operários, que proclamam seus direitos com força crescente. Cada greve lembra aos operários que sua situação não é desesperada e que não estão sós. (...) Durante uma greve, o operário proclama em voz alta suas reivindicações, lembra aos patrões todos os atropelos de que tem sido vítima, proclama seus direitos, não pensa apenas em si ou no seu salário, mas pensa também em todos os seus companheiros, que abandonaram o trabalho junto com ele e que defendem a causa operária sem medo das provações.”

(...)

“Mas a greve abre os olhos dos operários não só quanto aos capitalistas, mas também no que se refere ao governo e às leis. Do mesmo modo que os patrões se esforçam para aparecer como benfeitores dos operários, os funcionários e seus lacaios se esforçam para convencer os operários de que o czar e o governo czarista se preocupam com os patrões e os operários na mesma medida, com espírito de justiça.”

(...)

“Durante cada greve cresce e desenvolve-se nos operários a consciência de que o governo é seu inimigo e de que a classe operária deve preparar-se para lutar contra ele pelos direitos do povo.”

“Assim, as greves ensinam os operários a unirem-se, as greves fazem-nos ver que somente unidos podem aguentar a luta contra os capitalistas, as greves ensinam os operários a pensarem na luta de toda a classe operária contra toda a classe patronal e contra o governo autocrático e policial. Exatamente por isso, os socialistas chamam as greves de “escola de guerra”, escola em que os operários aprendem a desfechar a guerra contra seus inimigos, pela emancipação de todo o povo e de todos os trabalhadores do jugo dos funcionários e do jugo do capital.”

LE NIN, V.I., “Sobre as Greves”, 1899, disponível em “Marxists.org”

Em suma, é essencial que nos coloquemos em luta, seja para a garantia de nossos próprios direitos constantemente ameaçados, seja para dar exemplo e estimular que outros façam o mesmo. Calar-se e submeter-se aos demandas autoritários, encolher-se ante a ameaça da perda dos poucos direitos que nos sobraram é inaceitável! Precisamos nos preparar para um novo ciclo de lutas e dotar nosso sindicato dos meios políticos e materiais para fazê-lo.



Raízes da Luta Sindical no Brasil

A abolição da escravidão e a luta dos operários: a história de Luiz da França e Silva

por Felipe Annunziata,
Publicado no sítio do Jornal A Verdade

HERÓIS DO POVO BRASILEIRO – Associações mutuais, partidos políticos, jornais ou sociedades de resistência no campo organizativo. Abolicionismo, republicanismo, socialismo ou mesmo monarquismo no campo ideológico. Greves, manifestações e revoltas no campo da ação prática. Essas eram algumas características que estavam no ambiente de trabalhadores de diversas categorias do Rio de Janeiro da década de 1880. Dos padeiros aos estivadores, dos tipógrafos aos sapateiros, fossem brasileiros (negros ou brancos), ou estrangeiros. Para termos uma ideia, entre 1870 e 1906, apenas a categoria dos cocheiros e carroceiros cariocas organizou 22 greves por salário ou em defesa de direitos já conquistados.

No Censo de 1872, primeiro da nossa história, foram contabilizados cerca de dois mil escravizados nas linhas de produção das manufaturas. As primeiras fábricas e manufaturas brasileiras nunca foram espaços exclusivos dos imigrantes europeus, como é ensinado na escola. Na verdade, esses eram locais que tinham negros e brancos, escravizados e livres, brasileiros e estrangeiros. O trabalho assalariado concorria com o trabalho escravizado, compartilhando espaços, interesses e conflitos.

O trabalho escravizado é fundamental para compreendermos não apenas a nossa formação nacional, ou a formação das elites brasileiras, mas também a própria formação da classe operária brasileira. O patrão dos primeiros anos da Primeira República não era apenas herdeiro dos donos de escravizados, era ele também senhor de escravos. O operário fabril ou o trabalhador da manufatura não era apenas o imigrante europeu, mas também ex-escravizados e brasileiros pobres livres.

A narrativa tradicional dos livros de história em nossas escolas ainda apresenta a abolição e o movimento abolicionista apenas da perspectiva das elites políticas e econômicas da época. Sempre ouvimos a velha história da importância da princesa Isabel e de pessoas das elites na aprovação da Lei Áurea. É apagada a atuação do povo pobre no movimento abolicionista.

França e Silva, herói da luta operária e abolicionista

Um desses nomes “esquecidos” é o de Luiz da França e Silva (?-1894), operário tipógrafo, potiguar e negro, que se afirmou durante as décadas de 1880-90 como uma importante liderança de sua categoria. Foi também militante ativo da causa abolicionista e é considerado um dos pioneiros na divulgação de ideias socialistas em nosso país. Ele atuou como presidente do Partido Operário de 1890, uma das primeiras organizações políticas operárias de esquerda do Brasil.

França e Silva também procurou participar de diversas iniciativas para organizar sua categoria, como o Clube Abolicionista Gutemberg e o Centro Tipográfico Treze de Maio. Este último foi a primeira tentativa, talvez, de uma organização de caráter mais sindical da categoria dos tipógrafos no Rio de Janeiro.

Além disso, França e Silva sempre entendeu a imprensa como algo fundamental para a luta operária. Ele foi um dos proprietários da Revista Tipográfica, que circulou de 1888 até 1890, e editor do jornal Echo Popular. A revista era voltada para a categoria dos tipógrafos, trazendo debates sobre suas condições de trabalho e sobre a evolução técnica do setor.

França e Silva virou uma grande referência para milhares de operários no Rio e no país. Sua Revista Tipográfica circulou em vários estados e contava com correspondentes em Nova Iorque e Buenos Aires. Além disso, ele mantinha contato constante com operários da França, Alemanha, Áustria e Portugal. A liderança de França e Silva foi tamanha que, após sua morte, em 1894, se tornou tradição do 1º de Maio a visita ao seu túmulo com homenagens organizadas pelas entidades operárias da então capital brasileira.

Na revista, França e Silva se esforça em deixar registrado o papel da categoria tipográfica na luta abolicionista. Logo após a Abolição, em 13 de maio de 1888, ele ajuda a convocar os operários para uma manifestação. No dia 20 de maio, comemorando a abolição, a imprensa carioca havia saído numa passeata com mais de 5 mil pessoas, dentre elas 800 tipógrafos, mais da metade dos operários das oficinas gráficas do Rio. É nessa conjuntura que em poucos dias é fundado o Centro Tipográfico Treze de Maio, que tinha como proposta defender os interesses dos trabalhadores tipógrafos. Estes viam a abolição como parte de sua luta, se sentiam parte do processo de fim do cativo e, mais do que isso, parte fundamental do movimento abolicionista. Para eles, a libertação dos escravizados significava também o avanço dos direitos e da posição dos operários na sociedade brasileira.

A Lei Áurea era vista de forma positiva por França e Silva. Estava claro que aquele fato abria uma janela de oportunidades para a reorganização dos operários. Eles percebiam o movimento de trabalhadores como a continuidade direta do movimento abolicionista. Agora que o fim da escravidão colocou todos os trabalhadores num mesmo patamar, chegou o momento de se buscar a emancipação do trabalhador assalariado, do operário, na sociedade brasileira.

A luta dos operários na época da abolição da escravidão

Nessa época, várias iniciativas das corporações tipográficas vão tomando forma. Na véspera da abolição, em 12 de maio, França e Silva noticia que 400 operárias e operários de uma fábrica de ligas e chinelas se organizavam para entrar em greve. O motivo: o patrão queria descontar das operárias parte do salário.

Em julho de 1888, os operários da Imprensa Nacional enviam uma representação ao parlamento exigindo “que se garanta o futuro dos mestres, contra-mestres e operários que invalidarem por moléstia, acidente ou velhice e contarem mais de 30 anos de efetivo exercício nas oficinas do estabelecimento”. Era a luta em defesa do direito de se aposentar.

Em setembro, operários da oficina do jornal Província, em Recife, fizeram uma greve contra atrasos salariais. Semanas depois, operários da oficina do jornal Diário de Notícias, no Rio, se mobilizaram contra um patrão que queria reduzir seus salários.

Mais organizações operárias vão surgindo no entusiasmo com a abolição em vários pontos do país. É criado o Monte-Pio de Pernambuco, associação de tipógrafos de Recife. O Centro Tipográfico é fundado em São Paulo. Entidades semelhantes também são criadas em Belém e Juiz de Fora.

É bem verdade que a Lei Áurea é mais conhecida pelas suas omissões do que pelo que ela determina. Também é correto afirmar que sua aprovação veio sem qualquer compensação para a população negra saída do cativeiro. Mas França e Silva reivindica um processo de protagonismo aos operários tipógrafos. Ele mostra para nós, mais de 130 anos depois, que mesmo incompleta, a abolição não foi uma bondade dos ricos e da monarquia, mas uma conquista de séculos de luta dos escravizados, com apoio dos operários e do povo pobre.

Luiz da França e Silva não era apenas uma liderança operária, mas uma liderança operária negra. Este elemento é também fundamental ao compormos um juízo de valor sobre a importância do movimento abolicionista e do movimento operário no pós-abolição.

Um operário negro, não escravizado, debatia a pauta da escravidão em conjunto com a pauta dos trabalhadores livres, fazendo inclusive propaganda no sentido de aproximá-las. Um operário negro, dirigindo um jornal de uma categoria como a dos tipógrafos, coloca em discussão o pressuposto do negro ou do operário nacional herdeiro do atraso imposto pela opressão escravista sem qualquer possibilidade de ação política na sociedade.

França e Silva é, sem dúvida, um dos grandes personagens do movimento abolicionista no Rio de Janeiro. Embora sua participação ainda seja subestimada por nossa historiografia, seu nome merece ser lembrado como importante herói do povo brasileiro.

Reforma Administrativa

Ameaça aos serviços públicos, PEC 32 retorna à pauta da Câmara dos Deputados

por Raul Bittencourt Pedreira,

Publicado no Jornal A Verdade, da quinzena de 15 a 30 de novembro de 2022.

Com a declaração do presidente da Câmara dos Deputados Arthur Lira (PP-AL) de que deseja retomar a votação da reforma administrativa (PEC 32) ainda este ano, o movimento sindical dos servidores públicos está em alerta para impedir que este ataque seja realizado contra a população.

Em 2020, Bolsonaro e Paulo Guedes submeteram ao Congresso Nacional a Proposta de Emenda à Constituição nº 32 (PEC 32), cujo objetivo é promover uma reforma de caráter neoliberal em toda a administração pública. Prometendo “modernizar o RH do Estado” e tornar o serviço público mais eficiente, a proposta do governo é apoiada pelo mercado financeiro e pelos deputados do chamado “Centrão”, logo, não pode ser coisa boa para o povo.

De fato, a PEC 32 visa precarizar o serviço público prestado à população, acabar com a estabilidade de servidores concursados e liberar geral os cabides de emprego na União, estados e municípios. Bolsonaro, Paulo Guedes (aquele da granada no bolso dos servidores), os cerca de 8 mil militares “de confiança” instalados no governo e os corruptos deputados do Centrão são inimigos declarados dos servidores e são contra a realização de concursos públicos, pois preferem indicações políticas, rachadinhas, contratos de terceirização e toda forma de lucrar em cima do serviço público e da população.

Além disso, o alcance das medidas propostas na PEC 32 é falso, pois poupa juízes, membros do Ministério Público, alto oficialato das Forças Armadas, políticos, ministros, etc. Ou seja, a verdadeira elite privilegiada do serviço público seguirá intocável, gozando de todos os tipos de mordomias, como férias em dobro, auxílio paletó, auxílio moradia, assessores pessoais, entre outros.

Já para a massa de servidores e aposentados, a PEC 32 acaba com o Regime Jurídico Único (RJU), permitindo a extinção de carreiras e sua substituição por trabalhadores terceirizados e precarizados, sem concurso público. O projeto também altera a Constituição para permitir a privatização e terceirização de qualquer serviço público, através de uma “cooperação” e “compartilhamento” dos serviços e da estrutura física com grupos privados escolhidos a dedo pelos gestores, onerando toda a sociedade para sustentar esses privilégios. Empresas como o banco BTG Pactual, as lojas Havan, etc., poderiam receber diretamente dinheiro público para “ajudar” em atividades de interesse de seus controladores.

Servidores são contrários à PEC 32

Graças à pressão de sindicatos do setor público, a tramitação da PEC 32 ficou parada no Congresso, mas, agora, com a derrota de Bolsonaro, Lira e o Centrão querem votar a proposta a toque de caixa.

A maioria do funcionalismo é contra a medida. “Esperamos que a vitória de Lula nas urnas sirva para enterrar de vez essa reforma, que é um enorme retrocesso com relação à profissionalização e imparcialidade do serviço público. Sabemos que será fácil, pois enfrentamos poderosos interesses econômicos, mas estamos mobilizando os trabalhadores para lutar e vencer”, disse Esteban Crescente, coordenador-geral do Sindicato dos Trabalhadores da UFRJ e militante do Movimento Luta de Classes (MLC).

População também será atingida

A PEC 32 não ataca apenas os direitos do funcionalismo público. Os usuários também sofrerão com a queda na qualidade dos serviços e lentidão, em razão da falta de experiência dos profissionais, constantemente substituídos. “Imagine trocar a cada eleição os professores dos seus filhos, os profissionais dos programas de saúde da família entre outros, por indicados políticos que estão ali apenas para serem recompensados por seus votos ou trabalho eleitoral. Com certeza a população não será melhor atendida”, afirma Esteban.

Outro efeito da “reforma” seria facilitar a corrupção, seja pelo poder de pressão do gestor sobre seus trabalhadores precarizados, seja através do desvio de parte dos salários deles para o bolso de quem os indicou. É o famoso “esquema da rachadinha”, crime de desvio de dinheiro público pelo qual os filhos do Presidente da República são investigados.

O serviço público não necessita das mudanças defendidas por Bolsonaro, Paulo Guedes e Arthur Lira. Ao contrário, precisamos democratizar o serviço público, garantir concursos e estabilidade, incluir a população e os servidores no planejamento e gestão e fazer com que o Estado atenda as necessidades do povo e não do capital.

A Luta de Classes e o Serviço Público

Luta de Classes é um conceito desenvolvido pelo marxismo, tido como um dos elementos centrais da história humana, especialmente na formação da sociedade capitalista. As transformações sociais pelas quais a humanidade passou ao longo de sua história, decorrem do conflito entre uma classe que domina a sociedade e as demais, que são dominadas.

A sociedade capitalista na qual nós vivemos, é dividida em classes, a partir das relações sociais de produção estabelecidas entre Capital e Trabalho e do modo de produção, onde prevalece a propriedade privada dos meios de produção. A burguesia detém esses meios de produção, ou seja, as indústrias, as fábricas, as fazendas, as minas, as plataformas de petróleo, as usinas de energia e tudo mais que serve para produzir bens e mercadorias. A outra classe, o proletariado, é aquela que vende sua força de trabalho para a burguesia, como única opção para sobreviver.

Assim, a burguesia é a classe que possui os meios de produção e o proletariado é a classe que não possui, detendo apenas sua própria força de trabalho. Resumidamente, se o burguês é o dono da empresa, o proletário é aquele que trabalha na empresa e, na prática, produz toda a riqueza com sua força de trabalho, que é apropriada pelo detentor dos meios de produção.

A Luta de Classes é um processo histórico que se repete constantemente, sendo caracterizado pelos processos de opressão e resistência entre classes com interesses opostos. Como Marx afirmou, *“A história da humanidade é a história da luta de classes”*. Aristocratas contra burgueses. Escravagistas e escravizados. Senhores feudais e servos, ao longo da história estiveram em conflito, com interesses inconciliáveis e claramente antagônicos entre si.

No capitalismo, o objetivo do burguês, do patrão, é se apropriar e acumular a riqueza produzida pelo trabalho. Assim, ele precisa obter o maior volume de trabalho com a menor remuneração possível para seus trabalhadores. O proletário, o trabalhador, por sua vez, busca receber o melhor salário, tendo que entregar o menor volume de trabalho possível. Ou seja, há um conflito constante entre patrões e trabalhadores, onde cada classe tenta impor seus interesses sobre a outra.

Como lutar a luta de classes?

Um ponto central na luta de classes, é que a classe que controla os meios de produção, também, a partir de seu domínio econômico, projeta um domínio político e cultural, com o qual justifica seus próprios privilégios, dominando a classe explorada. A relação entre classes é desequilibrada, gerando um antagonismo constante, sendo o choque entre a classe dominante e as classes dominadas, inevitável. E sim, é uma luta travada cotidianamente, independente de sua vontade!

Mas se a burguesia, enquanto classe dominante, tem o controle dos meios de comunicação, do aparato repressivo do Estado, dos meios de produção e de tudo o mais, como trabalhadores e trabalhadoras irão combater essa lógica de exploração à qual estão submetidos e submetidas? A resposta imediata é: se organizando em todo espaço de luta que for possível. E para a classe trabalhadora, o principal espaço de organização para a luta contra os detentores dos meios de produção é o sindicato classista.

Não à toa, historicamente, as greves de trabalhadores foram criminalizadas, seus sindicatos perseguidos e suas lideranças mortas. A própria reivindicação de direitos pelos trabalhadores era (e é) um anátema para a burguesia. Se, no final do século XIX, as jornadas chegavam a 14h por dia, com trabalho infantil legalizado e outros absurdos, foi a mobilização dos trabalhadores, lideradas por militantes comunistas, socialistas, anarquistas etc, que conseguiu conquistar direitos importantes e impor derrotas à burguesia. Os sindicatos, desta forma, representam uma ameaça concreta ao domínio da burguesia, pois tem o papel de organizar as grandes massas de trabalhadores para que lutem pelo que é seu por direito.



SINDISEP·RJ

Democracia, fascismo e o domínio da burguesia

Contudo, é a classe dominante, a burguesia, que na história recente tem vencido a disputa capital x trabalho e imposto seus interesses. Nos últimos anos, a classe trabalhadora brasileira

viu direitos conquistados ao longo de décadas de luta política serem transformados em pó, através de seguidas reformas liberais, que tinham como objetivo central achatar o custo da mão de obra, para facilitar com que a burguesia extraísse o máximo de mais valia possível.

O poder político da burguesia, decorrente de seu poder econômico, é determinante nos resultados dos processos eleitorais das democracias ocidentais. Nesse sentido, a “democracia burguesa” é nada mais, nada menos, que uma ditadura indireta, imposta pelo poder econômico e militar, e pela avalanche cultural de determinados padrões de comportamento e consumo.

Somos educados em escolas cujos currículos foram estabelecidos por meio de um Congresso Nacional eleito com o dinheiro da burguesia. Somos informados sobre o que ocorre no Brasil e no mundo através da imprensa sob controle da burguesia. Somos fruto dos muitos filtros ideológicos colocados em operação pela burguesia, com o objetivo de submeter a nossa classe ao seu domínio, e manter todos os trabalhadores e trabalhadoras em posição inferior e desfavorável à sua própria emancipação.

Evidentemente que a democracia liberal é melhor do que a outra forma de dominação da burguesia sobre a classe trabalhadora, o fascismo. O processo de fascistização de setores da sociedade brasileira é resultado de situações de crise, na qual a burguesia necessita impor-se sobre a classe trabalhadora e cercear-lhe ainda mais seus direitos, em nome de manter ou aumentar sua margem de lucros. É por isso, inclusive, que o fascista Bolsonaro tem tanto apoio de setores da burguesia, ainda que suas políticas tenham se mostrado desastrosas inclusive para ela.

O fascismo, é importante dizer, para ganhar espaço na sociedade, se utilizada da crescente, mas difusa, insatisfação popular quanto a suas condições de vida e desvia sua atenção para ameaças inexistentes, com palavras de ordem vagas mas que prometem a mesma coisa, um futuro melhor quando derrotado o “inimigo”. Assim, acusam banqueiros de serem comunistas. Dizem que respeito à diversidade é uma ameaça à família. Negam a ciência quando lhes convém em nome de palavras proféticas de seu líder. É um conjunto de argumentos contraditórios, mas que são propagandeados como um “plano” para um bem maior. O que tentam esconder com tantos espelhos e fumaça é que a exploração do homem pelo homem no capitalismo é a raiz de quase todos os problemas.

Importante dizer que a derrota eleitoral do porta-voz do fascismo no Brasil, Jair Bolsonaro, que a todo o tempo flertava com o golpismo ditatorial, não é a derrota do fascismo. Bloqueios, protestos e atentados realizados em seu nome por todo o Brasil, mas principalmente na região sul, deixam claro que este projeto não foi derrotado onde realmente importa, que é nas ruas e na sociedade, razão pela qual ainda vemos servidores públicos, operários, precarizados, comerciantes, profissionais liberais, assalariados e outros, apoiando um projeto que vai contra seus próprios interesses de classe.

A derrota do fascismo só se dará com a mobilização popular, com a conscientização do povo e com vitórias concretas que restitua direitos e, para assim garantir melhorias nas condições de vida da população em geral. Nesse sentido, a vitória eleitoral de Lula significa um novo fôlego para as lutas populares, pois representa a manutenção das liberdades garantidas pelas democracias burguesas e a saída do presidente fascista.

Agora é momento de nós, trabalhadores e trabalhadoras, retomarmos as lutas por nossos direitos, revertendo as reformas liberais, em especial do governo fascista. Evidentemente o “mercado”, expressão usada como máscara pela burguesia, ficará nervoso com essa possibilidade, apesar de ter acompanhado com sorrisos, o desastre que foi o governo Bolsonaro para a vida da população. Não devemos nos preocupar, mas sim, seguir lutando para que nossa classe tome as rédeas da história, superando a burguesia.

Gestores públicos atuam como patrões

As classes sociais não devem ser confundidas com a classificação de renda sócio-econômica do IBGE. Desta maneira, ainda que boa parte do serviço público federal seja da “classe média” e alguns, até mesmo, baixa classe alta, são todos membros da classe trabalhadora, pois dependem da venda da sua força de trabalho para sobreviver e, futuramente, dos benefícios previdenciários custeados pela sociedade. E sim, inclusive os gestores públicos, quando funcionários de carreira, são da classe que produz riqueza, ainda que não se vejam dessa forma.

A burguesia, como classe dominante, impõe um discurso à toda sociedade que o serviço público deve ter suas atribuições gradualmente transferidas para a iniciativa privada, através de privatizações, parcerias, terceirizações, concessões etc, pois o modelo privado seria um “*modelo de gestão mais eficiente*”. Nada mais falso, pois sua eficiência se baseia no total de lucro transferido aos seus controladores privados e não no atendimento às necessidades da população. Exemplos não faltam! CCR Barcas, Supervia, Vivo, ônibus urbanos entre tantas outras atividades sob controle privado que prestam serviços caros e ruins.

Engessamento no controle da jornada de trabalho, imposição e aumento de metas, cerceamento à liberdade intelectual, discurso meritocrático, consultorias externas, terceirização, precarização do trabalho através de temporários, ausência de concursos públicos e toda forma de limitações à autonomia decisória dos trabalhadores se prestam à ampliar o controle dos gestores (e seu poder de barganha) sobre os/as servidores/as e empregados/as públicos/as, permitindo “ganhos” de produtividade, ou seja, que trabalhemos mais, recebendo menos.

Gestores públicos de todo o nível hierárquico incorporam o discurso da classe dominante em suas rotinas e práticas, aplicando a lógica da exploração da mão de obra típica da burguesia sobre aqueles que estão sob seu comando. Mas há uma diferença que não percebem, eles não detêm a propriedade da máquina estatal, pelo contrário, em regra são tão trabalhadores

quanto aqueles que oprimem, sendo igualmente substituíveis, apesar de não se enxergarem como tal.

O serviço público precisa ser pensado à luz das necessidades do povo e não do capital, pois é um instrumento poderosíssimo para o combate à desigualdade e a erradicação da pobreza, mesmo no âmbito do sistema capitalista. Assim, é urgente despertar a consciência de classe das trabalhadoras e trabalhadores, bem como a reorganização da máquina estatal, para que seja democratizada, permitindo o controle social amplo, com conselhos populares definindo os rumos e prioridades do serviço público. Gestores escolhidos pelos servidores e empregados, conselhos de usuários para acompanhar o funcionamento dos serviços, são pequenos passos, mas essenciais para o futuro do Estado.

O Sindicalismo Classista

Se o processo de luta de classes é constante e inevitável, o sindicato classista é aquele que se posiciona neste conflito e se coloca claramente em defesa de toda a classe trabalhadora, não se limitando a interesses corporativos, mas sim, buscando a superação do capitalismo, do fim da exploração do homem pelo homem e a construção de uma nova sociedade sem classes.

Sim, tem o papel de fazer a luta econômica imediata de seus representados, mas não se limita a ela, em decorrência desta concepção marxista. Deve, portanto, participar da luta política geral, de protestos de outras categorias e movimentos organizados, visando a transformação profunda da sociedade, necessita, para tanto, desenvolver um processo de formação política e sindical da classe trabalhadora para que esta adquira consciência de classe avançada.

Nesse sentido, é fundamental fazer funcionar a democracia interna, com o fortalecimento de seus fóruns, a ampliação da divisão de tarefas, a estruturação de comissões de base empoderadas, o funcionamento de seus fóruns e a ampliação da capacidade de mobilização da base. Ou seja, não basta ser um sindicato classista, devendo ser uma ferramenta poderosa de organização da classe trabalhadora e esse é o desafio do Sindisep-RJ.

Finalmente, uma característica essencial dos sindicatos classistas é sua independência de classe ante ao governo e patrões. Isso significa que apesar de todos os esforços para derrotar nas urnas o candidato do fascismo, à luz da gravidade da conjuntura nacional, não vamos aderir ao governo Lula. Manteremos nossa independência, debatendo com a base todos os passos para seguir adiante com nossas bandeiras de luta e reivindicações ante a qualquer governo, mantendo vivo o grito de guerra que guia a nossa ação sindical: “Nenhum passo atrás, nenhum direito a menos!”

Refundação e Reforma Estatutária

Companheiras e companheiros, o Sindisep-RJ, Sindicato Intermunicipal dos Servidores Públicos Federais dos Municípios do Rio de Janeiro, nasceu no final de 2017 como uma resposta de setores insatisfeitos com o imobilismo do movimento sindical, a falta de ação política e o desrespeito a princípios democráticos, cenário no qual alguns demonstram mais preocupação com o fim do imposto sindical do que o combate às (contra)reformas do governo Temer.

A partir de então, o sindicato se colocou no centro das lutas da categoria e, mais do que isso, de toda a classe trabalhadora. Com efeito, foi capaz de ocupar um espaço fundamental na articulação do movimento sindical do serviço público no Rio de Janeiro e, em 24 de fevereiro de 2021, teve sua filiação aceita na Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal, CONDSEF/Fenadsef, que representa a maioria das carreiras serviço público do Executivo Federal, com vistas ao fortalecimento e unidade na luta do contra o governo do fascista Jair Bolsonaro e seu banqueiro, Paulo Guedes.

Neste processo, foi constatado que o Estado do Rio de Janeiro abriga diversos órgãos, autarquias e fundações do Governo Federal, com centenas de milhares de servidores e empregados públicos federais, muitas deles atualmente em processo de desmobilização, mesmo com a resistência louvável das bases nas quais o Sindisep-RJ e outras categorias atuam.

Algumas categorias, infelizmente, seguiam sem representa adequada, como era o caso das trabalhadoras e trabalhadores da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares, EBSEH, e da Companhia Nacional de Abastecimento, CONAB, que se encontravam em difíceis negociações salariais com o governo, que se recusava a reconhecer seus direitos mais básicos. Era urgente, então, garantir a organização e mobilização destes empregados e empregadas públicas, que foram abraçadas pelo sindicato, dando origem a atos, greves e assembleias.

Assim, o 2º Congresso do Sindisep-RJ tem o papel fundamental de refundar o sindicato, para melhor adequá-lo aos desafios da conjuntura e dotar os trabalhadores e trabalhadoras do serviço público federal e toda a classe trabalhadora de uma ferramenta eficiente e eficaz de luta por direitos, respeito e dignidade!

